

ÍNDICE

| | |
|----------------|----|
| PREFÁCIO | 5 |
| AGRADECIMENTOS | 7 |
| ABREVIATURAS | 11 |

A – CAPÍTULO INTRODUTÓRIO E DE ENQUADRAMENTO

| | |
|---|----|
| I. OBJETO DO RELATÓRIO: A ESCOLHA DA UC DE TEMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO CURSO DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS | 15 |
| II. A ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO | 19 |
| III. O ENSINO DA UNIDADE CURRICULAR | 21 |
| a. Breves considerações sobre o ensino de Temas de Responsabilidade Civil | 21 |
| b. Enquadramento da Unidade Curricular no curso de Doutorado em Ciências Jurídicas | 26 |

B – PROGRAMA E CONTEÚDOS

| | |
|---|----|
| I. PROGRAMA SUCINTO | 33 |
| II. PROGRAMA DESENVOLVIDO (CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS) | 37 |
| A. PRIMEIRA AULA | 37 |
| 1. O dano da vida: os casos de <i>wrongful birth</i> e <i>wrongful life</i> | 40 |
| 1.1. O acórdão do STJ de 19/06/2001 | 40 |
| 1.2. A anotação de António Pinto Monteiro | 42 |
| 1.3. A posição de Manuel Carneiro da Frada | 44 |
| 1.4. A posição de Paulo Mota Pinto | 46 |

| | |
|---|----|
| 1.5. A posição de Luís Menezes Leitão | 48 |
| 1.6. A posição de Diogo Costa Gonçalves | 52 |
| 1.7. Apreciação crítica e discussão | 54 |
| B. SEGUNDA AULA | 57 |
| 2. A Responsabilidade pela Confiança: uma quarta via de responsabilidade civil? | 57 |
| 2.1. Introdução | 57 |
| 2.2. A responsabilidade pela confiança como modalidade da tutela das expectativas | 58 |
| 2.3. Manifestações da responsabilidade pela confiança | 61 |
| 2.4. Objeções à doutrina da confiança | 62 |
| 2.5. Reordenações dogmáticas | 63 |
| 2.6. A genuína responsabilidade pela confiança reconstruída no CC | 64 |
| 2.7. Responsabilidade pela confiança como Desenvolvimento do Direito | 65 |
| 2.8. A recensão crítica à doutrina da responsabilidade pela confiança de Nuno Manuel Pinto Oliveira | 67 |
| 2.9. Apreciação crítica e discussão | 68 |
| C. TERCEIRA AULA | 70 |
| 3. O dano da perda de <i>chance</i> | 70 |
| 3.1. O conceito de perda de <i>chance</i> : reconstrução do conceito de causalidade ou reconstrução do conceito de dano? | 70 |
| 3.2. A posição de Nils Jansen – argumentos a favor da ressarcibilidade do dano da perda de <i>chance</i> | 71 |
| 3.3. A posição de Júlio Gomes – argumentos contra a ressarcibilidade do dano da perda de <i>chance</i> no direito português | 75 |
| 3.4. A posição de António Menezes Cordeiro | 81 |
| 3.5. A posição de Manuel Carneiro da Frada | 82 |
| 3.6. A posição de Paulo Mota Pinto | 82 |
| 3.7. A posição de Rute Teixeira Pedro | 83 |
| 3.8. Breve referência à jurisprudência portuguesa sobre o dano da perda de <i>chance</i> | 88 |
| 3.9. Apreciação crítica e discussão | 89 |
| D. QUARTA AULA | 90 |
| 4. A Responsabilidade Civil por danos causados por Veículos Autónomos | 91 |
| 4.1. Introdução: o <i>Liability Gap</i> no âmbito dos danos causados por Veículos Autónomos | 91 |
| 4.2. Conceptualização | 93 |
| 4.2.1. IA <i>versus</i> Robótica | 93 |
| 4.2.2. Autonomia e Heteronomia: o conceito de veículo autónomo (VA) | 98 |

| | |
|--|-----|
| 4.3. Análise do direito português | 102 |
| 4.3.1. Responsabilidade do próprio VA? | 103 |
| a) A caminho da personalidade jurídica dos agentes dotados de IA? | 103 |
| aa) Argumentos a favor | 104 |
| bb) Argumentos contra | 106 |
| cc) Tomada de posição | 110 |
| 4.3.2. A Responsabilidade dos intervenientes nos VA | 111 |
| a) Responsabilidade objetiva por acidentes de viação | 113 |
| b) Responsabilidade objetiva do produtor | 118 |
| c) Responsabilidade do produtor <i>versus</i> responsabilidade do programador | 127 |
| 4.3.3. A conjugação dos dois regimes para proteção do lesado: proposta de solução | 129 |
| 4.4. As recentes propostas e alterações legislativas de âmbito europeu | 134 |
| 4.4.1. A proposta de revisão da Diretiva da Responsabilidade por Produtos Defeituosos do ELI (<i>European Law Institute</i>) | 134 |
| 4.4.2. A proposta de Diretiva sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual da IA de 28/09/2022 | 137 |
| 4.4.3. A nova Diretiva relativa à Responsabilidade decorrente dos Produtos Defeituosos de 23/10/2024 | 140 |
| 4.4.4. Apreciação crítica | 151 |
| 4.5. Conclusões e discussão | 160 |
| E. QUINTA AULA | 164 |
| 5. A responsabilidade dos pais pela violação do direito à imagem dos seus filhos | 164 |
| 5.1. Introdução e colocação de questões | 164 |
| 5.2. O direito à imagem da criança | 165 |
| 5.2.1. As crianças e os seus direitos | 165 |
| 5.2.2. O direito à imagem (em particular) como direito de personalidade | 167 |
| 5.2.3. A violação do direito à imagem dos filhos por parte dos pais | 169 |
| 5.2.4. Um caso em análise: o acórdão do STJ de 30/05/2019 | 172 |
| 5.2.5. Os meios de proteção do direito à imagem da criança | 173 |
| 5.3. Conclusões e discussão | 176 |
| 6. Alguns aspetos da responsabilidade pré-contratual | 177 |
| 6.1. A responsabilidade pré-contratual por violação de deveres de informação | 177 |
| 6.1.1. Pressupostos do nascimento da obrigação pré-contratual de informação | 177 |

| | | |
|--------|---|-----|
| a) | Ónus de autoinformação | 177 |
| b) | Dever de heteroinformação | 179 |
| aa) | Essencialidade da informação | 179 |
| bb) | Assimetria das capacidades de autoinformação | 180 |
| cc) | Exigibilidade | 180 |
| 6.1.2. | O ónus da prova na responsabilidade pré-contratual | |
| | por violação de deveres de informação | 182 |
| a) | Prova da existência do dever pré-contratual de informação | 183 |
| b) | Prova do cumprimento do dever de informar | 184 |
| c) | Prova do cumprimento defeituoso do dever de informar | 185 |
| d) | Prova da culpa | 186 |
| F. | SEXTA AULA | 187 |
| 6.1.3. | Efeitos da responsabilidade: indemnização por restauração | |
| | natural <i>versus</i> anulação com fundamento em INE | 188 |
| a) | A incoerência valorativa entre o regime da <i>culpa in contrahendo</i> (<i>cic</i>) e o regime dos vícios da vontade: irrelevância da INE ou lacuna da lei? | 188 |
| b) | Incoerência da tese da irrelevância da INE: a amputação do regime da <i>cic</i> como resultado não razoável | 191 |
| c) | Solução da lacuna: possibilidades de solução | 192 |
| aa) | Através do regime da resolução do contrato | 193 |
| bb) | Através do regime do erro | 193 |
| cc) | O regime da <i>cic versus</i> o regime do dolo: qual o regime mais adequado? | 194 |
| d) | O regime do dolo como o regime mais adequado a aplicar: a que título? O conceito de dolo – interpretação declarativa; aplicação por via de analogia | 197 |
| 6.2. | Os danos indemnizáveis em sede de responsabilidade pré-contratual | 198 |
| 6.2.1. | Colocação do problema: indemnização pelo interesse contratual positivo ou pelo interesse contratual negativo? | 198 |
| a) | A doutrina tradicional | 198 |
| b) | A aplicação do regime regra do art. 562º | 200 |
| 6.2.2. | A interpretação do regime indemnizatório em sede de responsabilidade pré-contratual | 200 |
| a) | O argumento sistemático | 200 |
| b) | O argumento histórico | 201 |
| c) | O argumento racional | 202 |
| 6.2.3. | Conclusão: aplicação do regime geral | 209 |
| G. | SÉTIMA AULA | 209 |

**C – METODOLOGIA DE ENSINO E DE AVALIAÇÃO,
CALENDARIZAÇÃO E BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

| | |
|---|-----|
| I. METODOLOGIA DE ENSINO | 219 |
| II. DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS POR AULA | 221 |
| III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO | 227 |
| IV. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 231 |